



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO (DEGEP)  
DIVISÃO DE APOIO E ACESSORAMENTO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS  
ADMINISTRATIVOS (DICOL)

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COEM (Pandemia - Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)

ATA DE REUNIÃO  
Nº 10/2020

Data: 06.05.2020

Horário: 16h30min.

Local: Virtual (Aplicativo Microsoft TEAMS)

Estiveram presentes na reunião, realizada por meio virtual (Aplicativo Microsoft TEAMS):

1. Juíza Adriana Ramos de Mello (**Membro da COEM**);
2. Juíza Katerine Jatahy (**Membro da COEM**);
3. Dra. Lúcia Iloizio Barros Bastos (**MPRJ**);
4. Dra. Carla Araújo (**MPRJ**);
5. Dra. Flávia Nascimento (**DPRJ**);
6. Dra. Matilde Alonso (**DPRJ**);
7. Dra. Vanessa Gaio (**DPRJ**);
8. Delegada Ana Lúcia Barros (**PCERJ - DEAMs**);
9. Sra. Cristina Fernandes (**CIAM MÁRCIA LYRA**);
10. Sra. Rosângela Pereira (**CEAMCHIQUINHA GONZAGA**).

As **Exmas. Juízas Adriana Mello e Katerine Jatahy, membros da COEM**, abrem os trabalhos às 16h56min, agradecendo a participação de todas em mais uma reunião da Rede, durante o período da pandemia.

Informam que o objetivo da reunião é verificar como estão os atendimentos/acolhimentos das mulheres vítimas de violência doméstica, após algumas ações de melhorias implantadas, e continuar atuando em busca de soluções nas dificuldades ainda enfrentadas pelas intuições, dificultando o acesso das mulheres vítimas ao sistema de justiça e proteção, nesse período.

**Dra. Adriana Mello** inicia as abordagens compartilhando sua percepção sobre os primeiros dias de implantação do processo eletrônico, em vigor desde o dia 04 de maio, nos Juizados da Capital e Regionais. Sintetiza que os três primeiros dias transcorreram tranquilamente e recebera mais demandas do próprio Juizado do que no plantão extraordinário especializado, que permanecerá durante o mês de maio com atribuição reduzida, para apreciação das petições intercorrentes de processos físicos.

Dando prosseguimento, **Dra. Adriana Mello** passa a palavra para que as Coordenadoras do CEAM Chiquinha Gonzaga e CIAM Márcia Lyra discorram como estão os atendimentos em seus respectivos centros de acolhimento.

**Sra. Rosângela Pereira (CEAM Chiquinha Gonzaga)** informa que são pouquíssimos os acionamentos de mulheres vítimas procurando o Centro pela primeira vez. O grande volume de atendimento está voltado, praticamente, para as mulheres já assistidas pelo CEAM Chiquinha Gonzaga, que possui, atualmente, um total de 110 mulheres sendo acompanhadas.

Informa que o CEAM tem atuado também em ações de entrega de cestas básicas para as mulheres necessitadas e, também, apresenta alguns dados referentes aos atendimentos, após fechamento de relatório do mês de abril: foram 112 mulheres atendidas, ao longo do mês, que demandaram 288 atendimentos. Dentre as 112 mulheres, 13 delas foram atendimentos pela primeira vez (09 acessaram o Centro espontaneamente, 02 através da Rede de enfrentamento e 02 pela Rede ampliada). E, desse total de 288 atendimentos, apenas um exigiu acolhimento protegido para a Casa Viva Mulher Cora Coralina. Em resumo, percebe-se uma demanda maior nos acionamentos/atendimentos das mulheres já assistidas.

Quanto ao **CIAM Márca Lyra, Sra. Cristina Fernandes** relata que, apesar do funcionamento precário, tem recebido ligações através do sistema *sigame* que está ativado do *Disk Mulher* (021) 2332-8249, para o seu celular particular. Compartilha que a operadora de telefonia responsável pelo serviço de desvio das chamadas, alegou haver limitações técnicas demandando um tempo maior para que a chamada seja entregue ao telefone de destino e que, em determinados momentos, há congestionamento de ligações impactando, também, na cobertura do serviço. Desde o início do *sigame*, recebera somente quatro casos de mulheres procurando orientação pela primeira vez.

Informa que tem atendido uma média de oito a nove mulheres por semana e prestou 67 atendimentos diretos e individuais, dentre eles: 19 mulheres que receberam orientações e acolhimento pela primeira vez e 48 atendimentos de retorno às mulheres já assistidas. Na oportunidade, complementa que, tanto o *Disk Direitos Humanos*, recém implantado, como o correio eletrônico do CIAM Márca Lyra, não receberam casos de violência doméstica, até o presente momento. Em resumo, relata que a maioria dos atendimentos ocorre através do seu telefone particular, diretamente.

**Dra. Flávia Nascimento (DPRJ)** expõe grande preocupação na questão dos abrigamentos e indaga se os abrigos estão preparados para garantir as medidas de restrições e o mínimo de distanciamento entre as mulheres abrigadas, caso apareçam mulheres contaminadas, por exemplo, pois não obteve êxito na resposta dos Ofícios enviados às Secretarias e Subsecretarias de Políticas para Mulheres.

**Dra. Carla Araújo(MPRJ)** indaga sobre os equipamentos de proteção, ou seja, se os abrigos receberam máscaras.

**Sra. Cristina Fernandes (CIAM Márca Lyra)** informa que na Casa Abrigo Lar da Mulher há um espaço de confinamento (uma espécie de suíte) que costuma ser utilizado para isolamento quando alguma abrigada apresenta qualquer anomalia que possa por em risco a saúde das demais. Contudo, é um espaço que costuma não ter muitos recursos que amenizem o confinamento nesse ambiente. Quanto à entrega de máscaras, informa que o Rio Solidário entregou uma remessa na Casa Abrigo Lar da Mulher.

**Sra. Rosângela Pereira (CEAM Chiquinha Gonzaga)** informa que não tem conhecimento se a Casa Viva Mulher Cora Coralina recebeu máscaras de proteção. E, quanto à questão das medidas de isolamento, informa que, apesar das limitações de estrutura, também há na Casa Cora Coralina um espaço reservado para confinamento, se necessário. Porém, também sem muitos recursos e sem banheiro privativo.

**Dra. Adriana Mello**, com anuência de todos, aventa a possibilidade das Coordenadoras do CEAM Chiquinha Gonzaga e CIAM Márcia Lyra realizarem um levantamento das mulheres assistidas que estão passando por necessidades diversas, nesse momento da pandemia, e passarem por escrito para esse grupo da Rede de enfrentamento, indicando quais as principais necessidades, a fim de tentar viabilizar alguma campanha interna (TJRJ, DPRJ e MPRJ) de doação de alimentos, roupas, material de higiene, máscaras etc., de acordo com as necessidades levantadas.

Ao ensejo, **Sra. Rosangela Pereira (CEAM Chiquinha Gonzaga)** compartilha que também há grande preocupação com as mulheres que estão prestes a saírem do período de abrigo, porém não possuem recursos suficientes para se manterem e/ou recomeçarem.

**Dra. Flávia Nascimento (DPRJ)** complementa que no Ofício endereçado às Secretarias e Subsecretarias de Políticas para Mulheres também questionou sobre o aluguel social, cuja Legislação autoriza o Estado a regulamentá-lo para os casos de mulheres vítimas de violência doméstica. Informa, ainda, que tem intenção de oficiar, também, a Comissão do *Cumpra-se* da ALERJ para que cobre do Governador a regulamentação dessa Lei, pois é um tema bastante necessário e urgente.

Após amplo debate e relatos envolvendo as diversas dificuldades enfrentadas no atendimento/acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica, em diversas esferas, **Dra. Adriana Mello** enfatiza a necessidade da Rede continuar na efetiva cobrança de políticas públicas e providências necessárias para atender essas mulheres vítimas, especialmente, nesse momento de pandemia.

Disso isso, delibera convidar a Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado, a Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos do Município e as Subsecretárias de Políticas para as Mulheres (Estadual e Municipal) para uma reunião com a COEM, o MPRJ e a DPRJ, designada para o dia 13 de maio de 2020, às 15h. (DELIBERAÇÃO 01). Caberá à COEM enviar o convite da reunião.

Mediante sugestões e anuência de todos, resta estabelecida a seguinte pauta para a reunião com as Secretárias e Subsecretárias:

- Funcionamento dos canais alternativos de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica;
- Estrutura das Casas Abrigos frente as medidas de restrições e isolamento;
- Regulamentação da Lei Estadual do aluguel social;
- Reforçar a necessidade de manter as equipes técnicas atuando, exclusivamente, nos centros de referências, evitando designá-las para atuação em outras frentes.

Em prosseguimento à pauta, **Dra. Katerine Jatahy** indaga à Delegada Ana Lúcia Barros (PCERJ - DEAMs) sobre o avanço das ações de melhorias e aprimoramento dos ROs *on-line*.

**Dra. Ana Lúcia Barros (PCEJR – DEAMs)** relata que no dia 05 de maio estava programada uma reunião entre os Departamentos de Informática da PCERJ e do TJRJ para tratar do tema das medidas protetivas inseridas no processo eletrônico. Informa que a inclusão dos pedidos de medidas protetivas no RO *on-line* não é algo simples de implantar, mas que o tema também dependeria dessa reunião entre os dois Dptos. de Informática. Em complemento, discorre que a possibilidade de incorporar o Formulário de Risco, juntamente com a medida protetiva, também

está sendo avaliada pela área de Informática e Tecnologia da Informação da Polícia e que, ainda não teve oportunidade de conversar com o Dr. Fábio Barucke para saber de todas as atualizações.

As Defensoras Públicas **Dra. Matilde Alonso e Dra. Flávia Nascimento** pedem a palavra para compartilhar alguns dados do NUDEM durante o mês de abril: total de 1.220 atendimentos às mulheres vítimas de violência doméstica e, dentre eles, foram 390 atendimentos e 41 deferimentos/petições de medidas protetivas, somente no NUDEM Capital.

Por fim, **Dra. Katerine Jatahy** agradece o empenho de toda a Rede em busca de melhorias visando facilitar o acesso das mulheres vítimas de violência doméstica ao sistema de justiça e proteção. Enfatiza a importância de ampliar cada vez mais a divulgação dos números de contatos de toda a Rede para que essas mulheres tenham opções e sejam atendidas de forma célere e efetiva.

Na oportunidade, a **Sra. Jacqueline Vianna (DICOL)** reforça que a aba COVID-19 foi criada no Observatório Judicial da Mulher, no sítio do TJRJ, e está disponível para que a Rede possa solicitar a divulgação de telefones ou correios eletrônicos dos canais de atendimento, através da COEM.

Nada mais a tratar, as **Exmas. Juízas Adriana de Mello e Katerine Jatahy** encerram os trabalhos às 18h45min e designam a próxima reunião da Rede de Enfrentamento para o dia 13 de maio de 2020, às 16h. (DELIBERAÇÃO 02)

**Dra. ADRIANA RAMOS DE MELLO**  
**Membro daCOEM**

**Dra. KATERINE JATAHY KITSOS NYGAARD**  
**Membro daCOEM**

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Enviar o convite da reunião COEM com MPRJ, DPRJ e Secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado, Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos do Município e Subsecretárias de Políticas para as Mulheres (Estadual e Municipal), designada para o dia 13 de maio de 2020, às 15h.	DICOL/COEM	Imediato
02	Enviar o convite da próxima reunião da Rede, designada para o dia 13 de maio de 2020, às 16h.	DICOL/COEM	Imediato

CERTIDÃO

Certifico que a presente Ata  
foi assinada em \_\_\_/\_\_\_/2020.

Rodrigo O. T. Almeida  
Chefe de Serviço do SEATE